

deve ler-se:

«16 — Composição do júri:

Presidente — Cristina Maria dos Santos Almeida, técnica especialista de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Vogais efectivos:

Maria Margarida Menezes Finuras Monteiro, técnica principal de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Ana Cristina Matos Pires, técnica de 1.ª classe de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Vogais suplentes:

Ana Maria Ferreira Morais, técnica principal de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Filomena Isabel Gonçalves Batalha, técnica especialista de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.»

30 de Julho de 2010. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Isabel Paixão*.

203548338

Deliberação (extracto) n.º 1375/2010

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, de 22 de Julho de 2010, e precedendo procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 2081/2010, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Maio de 2010 e publicada no *Diário da República* n.º 115, 2.ª série, de 16 de Junho de 2010, Aviso n.º 11970/2010, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o lugar de assistente de psiquiatria, da carreira especial médica, área profissional hospitalar, com as médicas abaixo identificadas e para os postos de trabalho do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04/08, sendo posicionadas no escalão 1, índice 120, a que corresponde a remuneração mensal de mil oitocentos e cinquenta e três euros e noventa e cinco centimos (1853,95), a conjugar com os termos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e das disposições da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a qual produz efeitos a 01 de Agosto de 2010:

Dra. Maria Helena Gonçalves Esteves;

Dra. Maria Isabel Rodrigues Ganhão.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Data: 29 de Julho de 2010. — Cargo: Conselho de Administração, Vogal Executiva, Nome: *Isabel Paixão*.

203546637

Hospital Distrital de Pombal

Aviso n.º 15534/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública.

“Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

1 — Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Pombal, de 2010-05-20, na sequência do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 2009/10/12, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, em 2009/10/14, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso interno geral de ingresso, para provimento de um (1) lugar de técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, do Mapa de Pessoal do Hospital Distrital de Pombal.

2 — Validade do concurso — o presente concurso é válido para a ocupação do posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — O presente concurso rege-se pelo estabelecido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, na Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro e pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4 — Local de trabalho: Hospital Distrital de Pombal.

5 — A remuneração será fixada de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e com a Portaria n.º 1553.-C/2008, de 31 de Dezembro.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Poderão candidatar-se ao presente concurso os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de mobilidade especial ou em situação de contrato de trabalho em funções públicas a termo determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, que até à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

6.2 — São requisitos gerais de admissão os previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.3 — São requisitos especiais de admissão ao concurso — possuir título de técnico de análises clínicas e de saúde pública nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como cédula profissional.

7 — Métodos de selecção — Serão aplicados os métodos de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, conforme dispõem os artigos 56.º e 57.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

7.1 — A classificação final será a resultante da aplicação dos métodos de selecção, numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores. A classificação final resultará da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas. Os critérios de valoração constarão da acta elaborada, para o efeito, pelo júri que será facultada aos candidatos que a solicitarem.

7.2 — Em caso de igualdade serão aplicados os critérios de preferência referidos no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

8 — Conteúdo funcional — o constante na alínea *n*) do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido à Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Pombal, em papel A4, solicitando a sua admissão ao concurso, podendo ser entregue directamente no Serviço de Pessoal do Hospital, ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para Hospital Distrital de Pombal-Serviço de Pessoal, Av. Heróis do Ultramar, 3100-462 Pombal, considerando-se, neste caso, apresentado se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado.

9.2 — As candidaturas são obrigatoriamente apresentadas em suporte de papel, não sendo admitidas as enviadas por correio electrónico.

9.3 — Requerimento — dele devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, residência, código postal, telefone, número e data da validade do bilhete de identidade ou cartão de cidadão) e situação militar;

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço em que exerce funções. Referência ao aviso de abertura do concurso, mencionando o número e data do DR onde vem publicado;

c) Habilitações literárias e profissionais;

d) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;

f) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

9.4 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Documento comprovativo de posse dos requisitos gerais para provimento, previsto no n.º 6.2, ou declaração sob compromisso de honra, em alíneas separadas, da situação precisa relativamente a cada um dos requisitos gerais;

b) Documento das habilitações literárias e profissionais e cédula profissional da inscrição no Ministério da Saúde;

c) Declaração, emitida pelo serviço de origem, comprovativa do tempo de serviço prestado na carreira, na categoria e na função pública;

d) Três exemplares do *curriculum vitae*.

10 — O júri poderá exigir aos candidatos, em caso de dúvida relativamente à situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos.

10.1 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — As listas dos candidatos admitidos ou excluídos, assim como a de classificação final, serão publicitadas nos termos dos artigos 51.º, 52.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo afixadas no placard do serviço de pessoal.

12 — Composição do júri:

Presidente — Ana Teresa Paulo Alvim, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Hospital Distrital de Pombal;

1.º Vogal efectivo — Maria Isabel dos Santos Simões, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Hospital Distrital de Pombal;

2.º Vogal efectivo — Nélia da Conceição Louro, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Hospital Distrital de Pombal;

1.º Vogal suplente — Maria Manuela Taborda Ferreira da Costa, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do, I. P. O., E. P. E. — Coimbra;

2.º Vogal suplente — Adelaide Henriques Melo Oliveira Venceslau, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do, I. P. O., E. P. E. — Coimbra.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Data: 29 de Julho de 2010. — Nome: *Helena Porfírio*, Cargo: Presidente do Conselho de Administração.

203545227

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Básica Integrada Aves/São Tomé de Negrelos

Aviso n.º 15535/2010

Por Despacho da Gestora, da E.B.I. Aves/S. Tomé de Negrelos, pertencente à Direcção Regional de Educação do Norte, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 24941/2006 publicado do *Diário da República*, 2.ª série n.º 233 de 5 de Dezembro de 2006, são homologados os Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo (celebrado nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, decorrente de procedimento concursal previsto no Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro) relativos ao ano lectivo 2009/2010, dos docentes abaixo indicados:

Adriana Mafalda de Sousa Nogueira — Grupo 530

Ana Maria da Costa Cunha — Grupo 400

Aurora Maria Mendes Guimarães — Grupo 910

Sandro Hugo Mourão Coelho — Grupo 240

Sara Filipa Dias Figueiredo — Grupo 910

Vitor José Ferreira Moreira — Grupo 250

Alexandra Cristina Padrão Antunes Vilares — Desenvolvimento Projectos — Psicologia

Data: 24 de Junho de 2010. — Nome: *Eugénia Maria da Silva Tavares*, Cargo: Gestora.

303493306

Aviso n.º 15536/2010

Por Despacho da Gestora, da E.B.I. Aves/S. Tomé de Negrelos, pertencente à Direcção Regional de Educação do Norte, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 24941/2006 publicado do *Diário da República*, 2.ª série n.º 233 de 5 de Dezembro de 2006, é homologado o Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo (celebrado nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro) relativo ao ano lectivo 2009/2010, do docente abaixo indicado:

José Ricardo França da Silva — Grupo 620

Data: 24 de Junho de 2010. — Nome: *Eugénia Maria da Silva Tavares*, Cargo: Gestora.

303493388

Aviso n.º 15537/2010

Por Despacho da Gestora, da E.B.I. Aves/S. Tomé de Negrelos, pertencente à Direcção Regional de Educação do Norte, no uso de

competências delegadas pelo Despacho n.º 24941/2006 publicado do *Diário da República*, 2.ª série n.º 233 de 5 de Dezembro de 2006, são homologados os Contratos a Termo Resolutivo Certo (Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro) relativos ao ano lectivo 2009/2010, dos docentes abaixo indicados:

Carina Pereira de Oliveira — Grupo 110

Filipe José Lopes da Silva Correia — Grupo 510

Pedro Luís da Silva Costa — Grupo 110

Sara Raquel Rodrigues Magalhães Filipe — Grupo 340

Data: 24 de Junho de 2010. — Nome: *Eugénia Maria da Silva Tavares*, cargo: Gestora.

303493258

Agrupamento de Escolas Campo Aberto

Aviso n.º 15538/2010

Para efeitos do disposto no artigo 50.º e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna -se público que por meu Despacho de 29/07/2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo por tempo determinado para:

2 assistentes operacionais, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, até 30 de Junho de 2011, com 7 horas diárias e 35 semanais.

1 — Legislação aplicável: LVCR, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Caracterização do posto de trabalho: Assistente Operacional.

2.1 — Postos de Trabalho, no exercício de funções da extinta categoria de auxiliar de acção educativa, correspondente ao exercício de funções de apoio geral, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efectuado, competindo-lhe, designadamente, as seguintes atribuições:

a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens durante o período de funcionamento da escola com vista a assegurar um bom ambiente educativo;

b) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;

c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

d) Cooperar nas actividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;

e) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;

f) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde.

3 — Local de trabalho: Estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas Campo Aberto, Beiriz.

4 — Remunerações: a correspondente à 1.ª posição remuneratória, 1.º nível remuneratório, que equivale a 450.00€ mensais, de acordo com a tabela única remuneratória.

5 — Habilitações: escolaridade obrigatória.

6 — Requisitos de Admissão: Os requisitos gerais de admissão estão definidos no artigo 8.º da LVCR:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.1 — Para cumprimento do estabelecido do n.º 5 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento iniciar-se à sempre entre trabalhadores que, não pretendam, conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado; ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

6.2 — Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir ao órgão, no caso de impossibilidade de ocupação